MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PROCESSO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO DE ESTAGIÁRIOS

EDITAL N. 02/2015/PGJ

PROCESSO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO PARA ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

ORIENTAÇÕES GERAIS

1 Mantenha seu documento de identificação sobre a carteira.

2 É vedado o uso de telefone celular, relógio ou qualquer dispositivo eletrônico, sob pena de desclassificação.

3 Preencher os dados solicitados nos campos indicados ao nome, número de inscrição, número de identidade e assinatura e no cartão-resposta.

4 Verifique se há falha na impressão do cartão-resposta ou na prova. A prova contém 80 (oitenta) questões.

5 Não identificar o caderno de provas ou rascunho (nome e número de inscrição).

6 Na execução das provas, só será permitida a utilização de caneta esferográfica azul ou preta, fabricada em material transparente.

7 Não será permitida qualquer espécie de consulta, inclusive a textos legais, sob pena de eliminação do candidato.

8 É expressamente proibido qualquer comunicação entre os candidatos ou com pessoas estranhas. Não tente visualizar a prova dos demais candidatos. Após as instruções preliminares, nada será respondido.

9 O candidato não deverá amassar, anotar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou de qualquer modo, danificar o cartão-resposta, **caso contrário as respostas não serão lidas**.

10 **Não será permitida a substituição do cartão-resposta por erro do candidato**.

11 Na duração da prova está incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento do cartão-resposta.

12 Ao término da prova, entregue aos fiscais o "caderno de prova" e o "cartão-resposta". NÃO SERÁ PERMITIDO LEVAR O CADERNO DE PROVAS OU RASGAR PARTE DELE.

13 Somente será permitido ao candidato destacar a última folha do caderno de provas, identificada como "folha para anotação do gabarito", destinada exclusivamente para o candidato anotar o gabarito da prova realizada e levá-lo consigo.

14 Somente será permitido que o candidato retire-se da sala após 1 (uma) hora do início da prova, salvo autorização da Comissão de Concurso, sendo obrigatória a presença dos 3 (três) últimos candidatos até a entrega da última prova.

15 A duração da prova será de 3 (três) horas.

16 **NÃO SE ESQUEÇA DE ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA**.

EDITAL N. 02/2015/PGJ

PROCESSO PÚBLICO DE CREDENCIAMENTO PARA ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

De acordo com o comando inerente a cada assertiva, deverá o candidato julgá-la ***VERDADEIRA ou FALSA****, transcrevendo sua resposta para o Cartão-Resposta, que será o único documento válido para a correção da prova.*

Na Folha de Respostas, haverá, para cada assertiva, dois campos de marcação: o campo designado com o código ***V****, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue a assertiva* ***VERDADEIRA****, e o campo designado com o código* ***F****, que deverá ser preenchido pelo candidato caso julgue a assertiva* ***FALSA****.*

Para obter pontuação em cada assertiva, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos dois campos da Folha de Respostas.

Caso não haja marcação ou haja marcação dupla (V e F), será atribuída pontuação 0,00 (zero) para a assertiva.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Os direitos sociais, bem como o direito à informação e à preservação do meio ambiente, são direitos fundamentais de primeira dimensão.
2. A liberdade de expressão é um direito fundamental que admite restrições.
3. Os direitos fundamentais previstos na Constituição da República, por possuírem características principiológicas, não têm aplicação imediata. Assim, necessitam, obrigatoriamente, de regulamentação infraconstitucional.
4. Conforme previsão constitucional expressa, a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.
5. Os direitos fundamentais são expressos na Constituição brasileira em rol taxativo. Assim, ficam excluídos outros, mesmo que decorrentes do regime e dos princípios constitucionalmente adotados.
6. No âmbito do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral de Justiça dos Estados-Membros pode propor ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade, desde que a norma questionada seja de caráter estadual.
7. Conforme previsão constitucional, compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os Governadores e Vice-Governadores dos Estados pela prática de crimes comuns.

DIREITO PENAL

8. Para a contagem do prazo, no Direito Penal, o dia do começo inclui-se no cômputo. No Processo Penal, não se computará no prazo o dia do começo, incluindo-se, porém, o do vencimento.
9. A omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado. O dever de agir incumbe a quem, por seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.
10. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça a pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo.
11. A pena restritiva de direito de limitação de fim de semana consiste na obrigação de permanecer, aos sábados, domingos e feriados, por 5 (cinco) horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado.
12. A pena de multa consiste no pagamento ao fundo penitenciário ou a entidade assistencial indicada pelo Juiz da quantia fixada na sentença e calculada em dias-multa. A multa deve ser paga dentro de 30 (trinta) dias depois de transitada em julgado a sentença.
13. Diz-se concurso formal quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicando-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido.
14. A ação de iniciativa privada é promovida mediante queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo. No caso de morte do ofendido ou de ter sido declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou de prosseguir na ação passa ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
15. O sujeito ativo da corrupção passiva é o cidadão comum. O sujeito passivo da corrupção ativa é o servidor público. Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
16. O crime de apropriação indébita prevê aumento de pena se o agente recebeu a coisa em razão do ofício, emprego ou profissão. O advogado, no exercício da profissão, pode ser autor do crime de apropriação indébita.
17. É qualificado o homicídio quando praticado em detrimento da mulher, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

18. Caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro.

19. No processo penal brasileiro, o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial. Ele não pode fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.
20. Toda pessoa poderá ser testemunha. O depoimento será prestado oralmente, sendo permitido à testemunha trazê-lo por escrito quando impossibilitada de falar.
21. Contra a sentença de pronúncia, absolvição sumária ou de impronúncia caberá recurso em sentido estrito.
22. Caberá recurso em sentido estrito do despacho que receber a denúncia ou a queixa sem fundamentação apropriada.
23. Quando não for unânime a decisão na apelação ou revisão criminal, Acusação e Defesa poderão interpor embargos infringentes. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto de divergência.
24. A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas.
25. No Juizado Especial Criminal, além das hipóteses do Código Penal e da legislação especial, a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas dependerá de representação.
26. Em atenção ao princípio da ampla defesa no processo penal, admite-se o recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça para o reexame de prova, quando manifesta a ilegalidade da decisão.
27. Na hipótese de a ação penal pública não ter sido intentada no prazo legal, poderá o ofendido propor ação penal privada subsidiária da pública no prazo de 6 (seis) meses, contados do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia. Nesse caso, caberá ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.

DIREITO CIVIL

28. Personalidade jurídica é a aptidão genérica para ser titular de direitos e contrair obrigações na ordem civil.
29. O nascituro poderá receber bens por doação ou por herança, mas o direito de propriedade somente incorporará em seu patrimônio se nascer com vida.
30. O erro de direito é causa de invalidade do negócio jurídico.
31. O Ministério Público pode requerer a declaração de ausência e a sucessão provisória mesmo não havendo herdeiros incapazes.

32. Pacto antenupcial pode ser celebrado por instrumento particular.
33. Extingue-se o bem de família com a morte de ambos os cônjuges e a maioridade dos filhos, desde que não sujeitos a curatela.
34. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial podem se tornar alienáveis.
35. A alteração do estatuto da fundação independe da aprovação pelo Órgão do Ministério Público.
36. A prescrição não corre contra os absolutamente e os relativamente incapazes.
37. O reconhecimento de filho pode ser revogado caso conste cláusula expressa que depende do resultado do DNA.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

38. Preclusão é a perda do direito de ação civil, pelo fato de o autor ter dado causa, por três vezes, à extinção do processo.
39. Não é cabível a assistência quando o assistido é revel.
40. O Ministério Público não pode suscitar conflito de competência nas ações em que não for parte.
41. A citação produz efeitos materiais ainda que ordenada por juiz incompetente.
42. O Ministério Público pode requerer a antecipação de tutela, quer atue como parte quer como fiscal da lei.
43. O Ministério Público tem prazo em dobro para contestar e recorrer.
44. O edital para intimação do Ministério Público deve ser publicado no diário oficial eletrônico, o que supre a necessidade de intimação pessoal.
45. Conforme jurisprudência majoritária, o pedido de reconsideração não interrompe o prazo para interposição de recurso.
46. O recurso recebido apenas no efeito devolutivo permite a execução provisória da sentença.
47. Os embargos de declaração têm limitada matéria de arguição, somente podendo ser opostos em caso de omissão, obscuridade ou dúvida.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

48. Conforme a estrutura prevista na Lei Orgânica do Ministério Público catarinense, o Conselho Superior do Ministério Público e os Centros de Apoio Operacional são órgãos auxiliares do Ministério Público.

49. Conforme a Lei de Improbidade Administrativa (Lei n. 8.429/92), os atos de improbidade que importam enriquecimento ilícito sujeitam o responsável, além de outras sanções, à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de três a cinco anos.

50. A Lei 7.347/85 somente prevê ao Ministério Público a atribuição de instauração de inquérito civil público.

51. Todos os que possuem legitimidade para propor a ação civil pública poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

52. Promovido o arquivamento pelo órgão do Ministério Público, o inquérito civil deve, obrigatoriamente, ser submetido ao exame e deliberação do Conselho Superior do Ministério Público.

53. A Lei n. 7.347/85 dispõe que, entre outras questões, será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos.

54. Conforme disposição do Estatuto da Criança e do Adolescente, em caso de prática de ato infracional, a representação movida pelo Ministério Público independe de prova pré-constituída de autoria e materialidade.

55. Em processo de mandado de segurança, concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.

56. O Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD) tem como objetivo contribuir para a inclusão social do cidadão, visando a torná-lo menos vulnerável a assumir comportamentos de risco para o uso indevido de drogas, seu tráfico ilícito e outros comportamentos correlacionados.

57. Nos termos da jurisprudência catarinense e nacional, os requisitos para o reconhecimento do tráfico de drogas privilegiado, que permite a redução da pena privativa de liberdade e a sua conversão em penas restritivas de direito, são cumulativos.

58. O certificado de Registro de Arma de Fogo, com validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio.

59. São circunstâncias que sempre agravam as penalidades dos crimes de trânsito ter o condutor do veículo cometido a infração utilizando o veículo sem placas, com grande risco de grave dano patrimonial a terceiros, com Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação de categoria diferente da do veículo.

60. No homicídio culposo de trânsito, o fato de ter sido praticado na faixa de pedestre ou na calçada constitui uma causa de aumento de pena. A embriaguez, por sua vez, constitui uma qualificadora desse crime.

LÍNGUA PORTUGUESA

61. Analisando o verbo, a frase "Eu provejo meus familiares carentes de itens essenciais a sua rotina diária".

62. Segundo o Novo Acordo Ortográfico, as palavras "contrassenso", "interregno", "infraestrutura" e "semiaberto" estão corretamente grafadas.

63. Com relação à regência verbal, a frase "O cargo a que aspiro estará disponível em breve" está correta.

64. Na frase "Ninguém sabe <u>como</u> eles passaram no teste físico", o item sublinhado é uma conjunção.

65. Com relação à colocação do acento marcador da crase, a frase "As testemunhas afirmaram que o local foi aberto a foice" está correta.

66. Com relação à colocação da vírgula, a frase "O artigo da Constituição que confere, a todos os brasileiros direitos iguais é bem abrangente" está correta.

67. Com relação à regência verbal, a frase "A teoria corrobora com a prática" está correta.

68. Com relação à concordância nominal, a frase "São precisos os dados de todos os candidatos para concorrerem à vaga de diretor, sem aqueles nem serão aceitos os formulários" está correta.

69. Com relação à colocação do pronome oblíquo, a frase "Se lhe derem o recado, ele virá, com certeza" está correta.

70. Na frase "Devolvo-<u>lhe</u> todos os livros a mim emprestados", o item sublinhado é um pronome.

71. Com relação à colocação do acento marcador da crase, a frase "Remetemos à Vossa Senhoria a relação dos documentos necessários para a inscrição" está correta.

72. Segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, as palavras "acessório", "cafageste", "tregeito" e "reivindicação" estão corretamente grafadas.

73. Com relação à regência verbal, a frase "O réu foi condenado ao pagamento das custas do processo" está correta.

74. Analisando os verbos, a frase "Eu prometo que, se eu o ver, irei avisá-los" está totalmente correta.

75. Com relação à regência verbal, a frase "Ela disse preferir mais trabalhar sozinha do que em dupla" está correta.

76. Com relação à colocação do pronome oblíquo, a frase "Quem revelou-nos as nuances daquela situação?" está correta.

77. Com relação à colocação do acento marcador da crase, a frase "Quando ficaram frente à frente, os depoimentos passaram a ser incoerentes" está correta.

78. Com relação à concordância verbal, a frase "As proprietárias das lojas dispõe de livre acesso às senhas" está correta.

79. Quanto à colocação da vírgula, a frase "Eles não vieram aqui para passear, e sim para trabalhar" está correta.

80. Com relação à concordância nominal, a frase "Até que ele disse alguma coisa de boa" está correta.

EDITAL N. 02/2015/PGJ

FOLHA PARA ANOTAÇÃO DO GABARITO
(única que pode ser destacada e levada)